



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Ao um dia do mês de junho do ano dois mil e sete, na sala de reuniões na CGA – Rua Boa Vista, 103 – 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Geral da Defensoria Pública do Estado Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Weis, Antonio José Maffezoli Leite, Franciane de Fátima Marques, Roque Jerônimo Andrade, Wagner Giron de La Torre, Daniela Sollberger Cembranelli, Carlos Henrique Acirón Loureiro. Ausentes justificadamente, Willian Fernandes, Vitore André Zílio Maximiano, devidamente substituído por Dra. Márcia Regina Garutti, Noadir Marques da Silva Junior e Victor Hugo Albernaz Junior. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Presidente saudou os presentes e passou-se às comunicações da Presidência. Dra. Cristina justificou a ausência dos Conselheiros. Convidou todos para a I Conferência Estadual da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Explicou a programação. Distribuiu o material que será utilizado e explicou como foi feito. Em relação ao Convênio da OAB disse que estão discutindo metodologia. Informou Decreto do Governador do Estado para remanejar o orçamento a fim de comprar equipamentos. Informou andamento do processo licitatório para compra de veículos. Comunicou convite para Defensoria participar do Projeto SPTREV junto com o Ministério Público. Fez breve relato em relação à PEC. O Conselheiro Wagner questionou previsão para esta iniciativa. O Conselheiro Antonio relatou reunião onde cogitaram fazer um parecer sobre autonomia legislativa e administrativa. Dr. Davi, Presidente da Apadep, relatou em Brasília. Informou que a bancada de Deputados de São Paulo é grande e o bom trabalho que a Defensoria está fazendo em Brasília. Ressaltou a importância de fazer este trabalho conjunto em Brasília para que seja votado a PEC, pois resolverá grande parte dos problemas da Defensoria. Relatou reunião com todos os Defensores Gerais em Brasília. A Conselheira Daniela esclareceu que a PEC não foi votada por conta da Reforma Política na pauta. Solicitou a participação de todos. A Presidente relatou o parecer favorável a subsídios do Projeto Remuneratório. Informou o orçamento da Defensoria que está no tesouro para pagamento de dívidas. Esclareceu que Dr. Antonio está verificando esta dívida. Dr. Davi questionou a previsão legal de esta dívida ser responsabilidade da Defensoria Pública. O Conselheiro Roque e a Conselheira Franciane questionam sobre as emendas. Dr. Antonio relatou o andamento de seu trabalho com relação a estes questionamentos. Fará parecer e uma reunião com o Secretário da Justiça, Dr. Marrei. Não havendo mais manifestações por parte da Presidência e não havendo manifestações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. Dr. Davi, Presidente da Apadep, deu informações sobre o projeto dos emolumentos. Sobre a questão remuneratória, comunicou reunião geral com os Defensores e com o Deputado Capez, que está se mobilizando para que seja resolvido da melhor forma possível. A Presidente passou a palavra a Dra. Adriana Maria Rodrigues, Defensora substituta de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

Guarulhos. Saudou a todos e relatou a situação difícil em que estão trabalhando. Informou que o atendimento ao público é precário. A Presidente passou a palavra a Dra. Patrícia Simionato, que explicou a situação de Guarulhos. Explicou que estava abandonado o serviço de Assistência Judiciária. Relatou conversa com Fernando da Procuradoria sobre as instalações. Solicitou a CGA que disponibilize verba para o mínimo. A Presidente informou que haverá uma reunião em Guarulhos na terça-feira, que será providenciado o que for mais urgente. Solicitou a entrega dos ofícios com os pedidos. Informou andamento do processo licitatório para compra de móveis e computadores. Dra. Patrícia relatou a problemática para atender os presos, visto que não há lugar adequado. Relatou conversa com o Juiz Diretor do Fórum, que ele pediu ajuda do Gabinete da Defensoria. Dra. Cristina falou que na terça-feira de manhã tentará falar com ele. Dra. Patrícia pediu uma posição do Gabinete. Dr. Davi solicitou a verificação em outros locais com este tipo de problema. O Conselheiro Antonio relatou visita nas Coordenadorias de Marília e de Presidente Prudente. A Presidente passou a palavra ao Dr. Marcelo, Coordenador do departamento de T.I. Saudou a todos. Solicitou atenção especial para a situação de Guarulhos. Relatou problemas de facção criminosa e que nas Delegacias misturam homens, mulheres e crianças. Passou-se às Comunicações dos Conselheiros. A Conselheira Franciane relatou dificuldades de trabalho no Fórum da Barra Funda, com falta de material e funcionários para a Defensoria. Dra. Cristina sugeriu que converse com Dra. Helena Rosa a respeito. A Conselheira Franciane relatou ainda problemas com Procuradores na Vec. Parabenizou o trabalho da Associação em Brasília. Com a palavra o Conselheiro Carlos Weis solicitou o envio dos problemas com Procuradores e após a Corregedoria para que esta resolva. O Conselheiro Antonio falou que o Gabinete deve resolver isso. Relatou a triagem com os novos e que a demanda é grande. Dra. Márcia informou a Conselheira Franciane que o problema com os Procuradores está geral. O Conselheiro Carlos Weis solicitou que casos extremos devem ser passados para a Corregedoria. Com a palavra o Conselheiro Carlos Weis relatou o novo programa de relatórios. Informou que começará as correções ordinárias. Esclareceu que a principal tarefa da correção é levantar as propostas de modificar as atuações. Solicitou aos colegas mais antigos instruir os novos para o Ato da Corregedoria nº. 4 que trata dos relatórios. Dra. Cristina informou o pedido ao Tribunal de Justiça para instalação de internet nos Fóruns. A Presidente colocou em discussão e votação se haverá ou não sessão do Conselho, porque possivelmente será ponto facultativo na sexta-feira. O Conselho deliberou por unanimidade não haver sessão na semana que vem. Com a palavra o Conselheiro Wagner relatou os novos que chegaram na Regional de Taubaté e manifestou sua preocupação com a remuneração. Questionou sobre gratificações. A Presidente esclareceu que não pode atribuir a gratificação antes de fixar a banca. O Conselheiro Carlos Weis opinou que é ato da Defensora Geral fazer a lotação de cada Regional. Explicou que atribuição é ato administrativo. Propôs que cada Coordenador de Regional mande uma proposta de atribuições para a Defensora Geral. O Conselheiro Antonio explicou que é um ato discricionário. Dr. Davi sugeriu criar atribuições e cargos pelo Conselho. A Conselheira Daniela propôs que haja um estudo com dados da Corregedoria. O Conselheiro Antonio

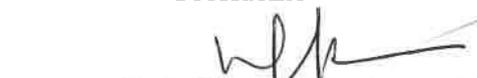
2

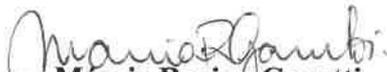


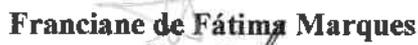
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

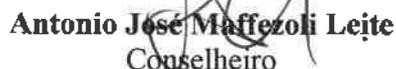
sugeriu que vejam caso a caso. Esclareceu que o dinheiro das atribuições não é do Faj e sim do tesouro. A Presidente comprometeu-se a estudar melhor a questão. Explicou que o maior empecilho é a falta de cargos. O Conselheiro Antonio opinou por não ser ato da Defensora Geral, sim que seja visto cada caso e sua necessidade. O Conselheiro Carlos Weis expôs a preocupação com relação ao acúmulo de trabalho dos novos. O Conselheiro Wagner esclareceu que o Coordenador deve controlar o trabalho deles. O Conselheiro Antonio manifestou sua opinião a respeito. Disse que não pode partir do pressuposto de que o Defensor vai acumular só pra ganhar dinheiro e não trabalhar. O Conselheiro Carlos Weis questionou a forma de controle. Dr. Antonio explicou que deverá ser usada discricionariedade. A Presidente sugeriu a questão seja estudada de forma mais ampla para depois vir a discussão. Não havendo mais manifestação por parte dos Conselheiros, passou-se à Ordem do Dia. CSDP 639/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: pedido de afastamento para frequência em curso. O interessado solicita homologação de desistência. O Relator é Vitore André Zílio Maximiano. Dra. Márcia, substituindo o Conselheiro relator, leu relatório e voto. Votou no sentido de tornar sem efeito a Deliberação deste colegiado que autorizou o afastamento do requerente. A presidente colocou em discussão e votação. Aprovado por unanimidade. Não havendo mais processos na Ordem do Dia, a Presidente deste Conselho deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, Diretora de Divisão, lavrei esta ata. São Paulo, de 01 de junho de 2007.

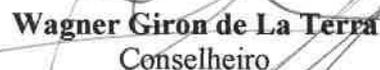

Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Daniela Solbellberger Cembranelli
Conselheiro

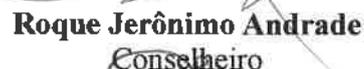

Márcia Regina Garutti
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro


Wagner Giron de La Terra
Conselheiro


Carlos Weis
Conselheiro


Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro